

# AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

*THE ARMED RESISTANCE IN RIO GRANDE DO SUL AND THE DYNAMICS OF CLANDESTINITY (1964-1972)*

Mateus da Fonseca Capssa Lima<sup>1</sup> e Diorge Alceno Konrad<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender as diferentes estratégias de resistência armada, bem como a dinâmica entre resistência e repressão. As primeiras tentativas de resistência à Ditadura Civil-Militar se expressaram no Rio Grande do Sul a partir da estratégia denominada Insurreição Militar-Popular, comandada pelos setores ligados ao trabalhismo radicalizado e ao nacionalismo de esquerda. A partir de 1967, começa a ação de organizações direcionada à luta armada urbana que, inicialmente, recrutavam militantes entre os manifestantes que participavam dos protestos de rua em Porto Alegre, então bastante intensos. Estas formas de resistência tiveram que enfrentar a repressão desde o início, mas esse processo se intensificou após a tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre.

**Palavras-chave:** Golpe Civil-Militar, Ditadura Civil-Militar, Movimentos Sócio-Políticos, Resistência, Rio Grande do Sul.

Podemos dividir a luta armada no Rio Grande do Sul em duas fases: a primeira tem início logo após o Golpe e parte das articulações dos nacionalistas e trabalhistas ligados à Leonel Brizola, durando até 1967, com o fracasso da Guerrilha do Caparaó; a segunda fase se inicia nos anos de 1967 e 1968, concomitantes com as grandes

**Abstract:** This article aims to understand the different strategies of armed resistance, as well as the dynamic between resistance and repression. The first attempts to resist Civil-Military Dictatorship is expressed in Rio Grande do Sul from the strategy called Popular-Military Insurrection, led by sectors related to radicalized labourism and left-wing nationalism. Since 1967, begins the action of organizations directed to urban armed struggle that, initially, recruited militants among the protesters who participated in street protests in Porto Alegre, then quite intense. These forms of resistance faced repression from the beginning, but this process has intensified after the attempted kidnapping of the U.S. consul in Porto Alegre.

**Keywords:** Civil-Military Coup, Civil-Military Dictatorship, Social-Political Movements, Resistance, Rio Grande do Sul.

manifestações de rua, e é marcada pelo surgimento de várias organizações de esquerda, com destaque para o *Marx, Mao, Marighela e Guevara* (M3G), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Libertadora Nacional (ALN) e o

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Email: mateuscapssa@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Associado do Programa de Pós-Graduação, do Curso de História - Licenciatura Plena e Bacharelado e do Departamento de História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP. Chefe do Departamento de História da UFSM. Email: gdkonrad@uol.com.br

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

Partido Operário Comunista (POC)<sup>3</sup>, cujas ações se concentram nos anos de 1969 e 1970. Após o mês abril de 1970, com o fracasso da tentativa de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos, Curtis Carly Cutter, inicia-se a queda da maioria das organizações.

### 1. A Insurreição Militar-Popular<sup>4</sup>

Cerca de um mês após a ida do presidente deposto, João Goulart, para o exílio no Uruguai, foi a vez do ex-governador Brizola lá se exilar. Muitos militantes trabalhistas e militares nacionalistas seguiram o mesmo caminho. Se Jango havia se posicionado pela inviabilidade de uma resistência armada, essa não era a opinião de Brizola. A partir do país vizinho, Brizola e seus companheiros elaboraram diversos planos para derrubar o governo imposto em 1º de abril de 1964. Segundo Moniz Bandeira, o movimento não teria características de guerrilha, mas de uma insurreição militar-popular, visto que buscavam apoio no interior na Forças Armadas, onde muitos oficiais já estavam descontentes após a decretação do Ato Institucional.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Houve militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que tiveram atuação na Guerrilha do Araguaia: Cilon Cunha Brum, João Carlos Haas Sobrinho, José Huberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues, todos desaparecidos políticos. Sobre isto, ver: SOUZA, Deusa Maria de. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Florianópolis, 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>4</sup> Esse subitem incorpora parte do relatório do projeto *Em nome da democracia: o Golpe de 1964 e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande Do Sul (1963-1968)*. O projeto teve apoio PROBIC/FAPERGS.

<sup>5</sup> BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. revistas e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001, p. 188-189.

A Operação Pintassilgos, como ficou conhecida, incluiria a tomada de quartéis e a ocupação de rádios, buscando um levante popular, tentando repetir o que acontecera em 1961. Participariam militares do Exército e da Brigada Militar, expurgados ou na ativa, bem como estudantes, militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e sindicatos. Por quatro vezes a insurreição foi planejada, mas acabou sendo abortada. Além disso, segundo depoimento de Neiva Moreira à Moniz Bandeira, 5 ou 6 conspirações inspiradas na doutrina de Brizola seriam elaboradas no Rio Grande do Sul.<sup>6</sup>

Em 25 de agosto de 1964, o jornal *Correio do Povo* publicou um pequeno comentário na seção de editoriais sob o título de “Terrorismo”. Nele, “revelou” que a polícia, conforme noticiado no dia anterior pelo jornal *Folha da Tarde*, descobriu um plano terrorista que seria levado a efeito em Porto Alegre. Teriam apreendido bombas *molotov*, instruções e mapas. Entre os presos, estaria um subtenente do Exército. O comentário ainda aproveitou para acusar o governo Jango de ter incentivado um “terrorismo branco”, incitando o povo através da “constante agitação, pelas greves sem parar, pelos amotinamentos de marginais fantasiados de camponeses, pelas invasões de terras, pelo antiamericanismo, pela oratória demagógica e subversiva etc.”. Seguiu dando manifestação de apoio à ação das Forças Armadas e confiando que o povo brasileiro, “gente pacífica e de boa índole, de formação cristã”, não apoiaria atos desse tipo.<sup>7</sup>

No dia seguinte, o *Correio* publicou reportagem com destaque na contracapa do

<sup>6</sup> Idem, p. 188-189.

<sup>7</sup> *Correio do Povo*, 25 de agosto de 1964. As fontes jornalísticas deste artigo encontram-se no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

jornal, contendo alguns detalhes do “plano descoberto”. Segundo noticiou, os atentados estariam marcados para o dia 24 de agosto, na ocasião dos vinte anos de suicídio de Getúlio Vargas. Os “terroristas” pretendiam lançar bombas na Companhia Jornalística Caldas Júnior, no *Diário de Notícias* (outro periódico de Porto Alegre, ligado aos Diários Associados), na empresa Irmãos Zamproga, no Laboratório Pfizer, na TV Piratini e na casa do comandante do III Exército, Adalberto Pereira do Santos. A ação teria sido descoberta pelos policiais no domingo, dia 23, os quais efetuaram as prisões na casa do subtenente Emigdio Mariano dos Santos, onde se realizavam as reuniões. Estariam envolvidos ainda o tenente Carlos da Silva Gruber, os sargentos Fiori Antônio Soares e Hélio Gonçalves e dois policiais rodoviários, cujas identidades não haviam sido divulgadas. Além deles, alguns civis foram presos, entre eles uma mulher, comunista segundo a reportagem, de nome Eni Freitas. Trechos dos depoimentos dos civis presos foram publicados na matéria. Antonio Carlos Gutierrez Assunção teria declarado que “foi convidado por José Cláudio para integrar um grupo unido, semelhante ao ‘Grupo dos Onze’, destinado receber orientação de Leonel Brizola”, que se encontrava no Uruguai e “que esta orientação seria de lá trazida por um companheiro que viajaria a Montevideú”. Júlio César Alberti Gomes também mencionou a ligação com Brizola.<sup>8</sup> Ao final do inquérito instaurado, foram pedidas as prisões de cinco militares e dezoito civis.<sup>9</sup>

Em 26 de novembro de 1964, o ex-capitão-aviador Alfredo Corrêa Daudt foi preso enquanto embarcava em um avião com destino à Montevideú. Junto com ele,

foi encontrado um plano detalhado de insurreição armada, que incluía a tomada de diversas unidades militares do estado, bem como a utilização de aviões da Base Aérea que bombardeariam alvos definidos e, após, rumariam para o interior.<sup>10</sup> Com o sucesso inicial do movimento, os asilados no Uruguai atravessariam a fronteira e assumiriam o comando. A ação não teria data certa, mas previa-se a sua antecipação por ocasião da intervenção em Goiás que, esperava-se, enfrentasse a resistência de Mauro Borges, então governador daquele estado.<sup>11</sup> Em 28 de novembro, duzentas pessoas já haviam sido presas, entre elas vários membros da Brigada Militar de várias patentes, os ex-deputados João Caruso, Floriano Maia D’Avila e Antônio Visintainer e três sindicalistas. Segundo noticiava-se na ocasião, mais de mil pessoas estariam envolvidas.<sup>12</sup> O Inquérito Policial-Militar (IPM) instaurado só foi concluído em fevereiro de 1965, indiciando apenas doze pessoas, apesar do elevadíssimo número de suspeitos alardeados anteriormente. Os indiciados foram:

ex-capitão aviador Alfredo Ribeiro Daudt [sic]; Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre; Angelo Guazelli, Nilton Alves da Silva, Osvaldo Bins e Protásio Marques, todos vereadores do município de Osório; ex-coronéis do Exército Osvaldo Nunes e Américo Batista; Carlos Codevilla Tavares, ex-vereador de Porto Alegre; Dilvo Araújo; ex-coronéis da Brigada Militar Atilo Cavalheiro Escobar e Nelson Amorelli Vianna.<sup>13</sup>

Em 25 de março de 1965, o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o sargento da Brigada Alberi Vieira dos Santos comandaram um assalto aos quartéis

<sup>8</sup> *Correio do Povo*, 26 de agosto de 1964.

<sup>9</sup> *Correio do Povo*, 17 de outubro de 1964.

<sup>10</sup> O uso dos aviões lhes rendeu o nome de “Operação Pintassilgos”.

<sup>11</sup> *Correio do Povo*, 01 de dezembro de 1964.

<sup>12</sup> *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1964.

<sup>13</sup> *Correio do Povo*, 13 de fevereiro de 1965.

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

da Brigada Militar em Tenente Portela e Três Passos, roubando cerca de cinquenta fuzis. Em Três Passos, manifestaram-se na rádio e depois destruíram o sistema de comunicação da cidade.<sup>14</sup> O grupo, segundo as primeiras notícias, era composto por quarenta pessoas. Após as ações no Norte do Rio Grande do Sul, atravessaram o estado de Santa Catarina e ingressaram no Paraná. Segundo o general Tavares Carmo, da 5ª Região Militar do Paraná, os revoltosos se dirigiam a Foz do Iguaçu, onde o presidente Castelo Branco inauguraria a Ponte da Amizade, ligando Brasil e Paraguai. Ao ser informado da movimentação, Tavares Carmo designou o tenente-coronel Ademar Marques Turvo para chefiar, inicialmente, três pelotões com objetivo de interceptar o caminhão em que se deslocavam o grupo de Jefferson e Alberi. Possivelmente percebendo a ação dos militares, o caminhão mudou seu rumo, seguindo para nordeste. Com a mobilização de mais três pelotões, os revoltosos foram finalmente cercados, em 28 de março. Vinte pessoas foram presas e houve uma baixa entre as forças repressoras, do sargento Argemiro Camargo.<sup>15</sup>

Segundo Moniz Bandeira, Brizola não confiava em Jefferson Cardim e teria inclusive telefonado para seus aliados no Rio Grande do Sul para que não tomassem parte na empreitada.<sup>16</sup> Apesar das desconfianças em relação a Jefferson, foi Alberi que, após preso em 1965, teria atuado como informante das forças de repressão dentro da VPR, liderando a emboscada que assassinou no Paraná os militantes Daniel José de Carvalho e seu irmão Joel José de Carvalho, além de José Levecchia, Enrique

Ernesto Ruggia, Onofre Pinto e Vitor Carlos Ramos, em 1974.<sup>17</sup>

Em março de 1966, mais uma “conspiração” seria descoberta. Desta vez, o plano foi denunciado por um de seus participantes, que se arrependeu. Muito semelhante aos anteriores, o plano previa assaltos a quartéis e setores administrativos, a tomada do Palácio Piratini, o assassinato do governador Ildo Meneghetti, do comandante da 6ª Divisão de Infantaria Moniz Aragão, e do comandante da Brigada Militar Otávio Frota. O comando estaria a cargo de José Lemos Avelar e, em caso de êxito, Brizola se instalaria na sede do governo estadual. Muitas prisões foram efetuadas e seus nomes mantidos em sigilo. Segundo teria apurado a reportagem do *Correio do Povo*, vários dos participantes eram do interior, das cidades de Passo Fundo, Santa Maria e Montenegro. Os civis envolvidos eram funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), já então Rede Ferroviária Federal (RFFSA), DCT e Carris. O plano seria resultado de articulação entre o Partido Comunista e a Frente Popular de Libertação Nacional. Segundo noticiou-se, foram apreendidos documento com assinaturas de Brizola, Max da Costa Santos, Josué Guimarães, Neiva Moreira, Aldo Arantes, Darcy Ribeiro e Paulo Schilling.<sup>18</sup>

Último suspiro dos movimentos armados sob inspiração de Leonel Brizola, a Guerrilha do Caparaó seria desmantelada no início de abril de 1967. Já não se tratava mais de um levante militar-popular, mas de um foco guerrilheiro sob inspiração cubana.

<sup>14</sup> *A Razão*, 27 de março de 1965.

<sup>15</sup> *Correio do Povo*, 04 de abril de 1965.

<sup>16</sup> BANDEIRA, Moniz, op. cit., p. 190.

<sup>17</sup> COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos Políticos (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 586 a 589.

<sup>18</sup> *Correio do Povo*, 08 de março de 1966.

Segundo Moniz Bandeira, desde 1965, Brizola tentava “apoiar e encampar focos de guerrilha”, e seu contato com Cuba se deu inicialmente através de Herbert José de Souza, o Betinho.<sup>19</sup> Até 1967, vários guerrilheiros nacionalistas teriam sido enviados para treinamento em Cuba e Brizola teria recebido dinheiro cubano para custear passagens, preparação do foco e sustento de alguns militantes em difícil situação.<sup>20</sup>

A Guerrilha do Caparaó, localizada na fronteira entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, não havia ainda passado do estágio de preparação. Instalados no território desde novembro de 1966, no início de 1967, moradores da região já denunciavam a movimentação de pessoas estranhas na área. Em 24 de março, dois guerrilheiros foram presos em uma barbearia da cidade de Esperança Feliz. No dia 30, mais uma prisão seria efetuada. Em 3 de março, dois moradores da região avistaram um picada aberta e, seguido-a, encontraram homens dormindo em redes. Prestaram denúncia à polícia e, em primeiro de abril, sete homens armados foram presos.<sup>21</sup> Em 15 de abril, o *Correio do Povo* noticiou que chegava a vinte e oito o número de presos envolvidos com a guerrilha, entre eles sete gaúchos: Gelsi Rodrigues Corrêa, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Araken Vaz Galvão, Milton Soares de Castro, Gregório Mendonça, Hermes Nobre e Avelino Capitani.

A derrota em Caparaó e, posteriormente, o fracasso do projeto guevarista, em outubro de 1967, faria Brizola desistir definitivamente da luta

armada para derrubada da Ditadura Civil-Militar. Dagoberto Rodrigues e Paulo Schilling divergiram de sua posição e muitos nacionalistas acabariam integrando outras organizações armadas.<sup>22</sup>

## 2. As Novas Organizações e a Luta Armada Urbana

Nos anos de 1967 e 1968, cresceram as grandes passeatas em Porto Alegre, ao mesmo tempo em que novas organizações de esquerda se articulavam, recrutando seus membros entre os manifestantes. A partir do segundo semestre de 1968, um duplo movimento favoreceu a opção pela luta armada: por um lado a repressão atingia cada vez mais os movimentos de rua e, por outro lado, os próprios militantes radicalizavam suas posições. Segundo Chagas,

em verdade, as grandes lideranças do movimento estudantil de 1968 já não estavam mais preocupadas com as eleições. Com o refluxo das mobilizações, os estudantes mais participativos passariam a constituir vanguardas políticas cujo amadurecimento seria a imersão na luta armada. O caso mais revelador é a organização revolucionária "Brancaleone", a qual se estruturou quase que exclusivamente de bases secundaristas.<sup>23</sup>

Os meses de junho e julho de 1968 representaram o ponto máximo do tensionamento entre o Movimento Estudantil de esquerda e as forças da repressão. Os estudantes, a essa altura, já haviam desenvolvido várias estratégias para o combate de rua. Segundo Gutiérrez, em 1968:

Já dispúnhamos de alguma tecnologia de passeatas, particularmente com os

<sup>19</sup> BANDEIRA, op. cit., p. 190.

<sup>20</sup> Idem, p. 192-193.

<sup>21</sup> Ver: CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História) – PPG em História, Universidade Federal Fluminense, p. 161-177.

<sup>22</sup> BANDEIRA, op. cit., p. 194.

<sup>23</sup> CHAGAS, op. cit., p.181.

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

acontecimentos de 67. Algumas providências: os mastros de bandeiras e faixas deviam ser robustos e facilmente manejados como porretes. O Zeca, irmão da Suzana, porta-bandeira oficial da UNE nas passeatas de 67, havia demonstrado a potencialidade do mastro-porrete bem manejado. Contra a cavalaria, utilizava-se grande estoque de bolinhas de gude, que serviam como projéteis para serem arremessados por bodoque e, também, rojões. Uma coluna de estudantes munidos de rojões impedia o avanço da cavalaria e, não raramente, provocava humilhantes e doloridos tombos nas ruas empedradas. Não me esqueço de uma carga de cavalaria tentando descer a Rua da Ladeira enquanto nós organizávamos uma fileira de estudantes com rojões. À nossa frente, o Calino brandia um facão nas pedras do calçamento, tirando fagulhas; os cavalos relinchavam, corcoveavam e derrubavam os cavalarianos, que não conseguiam avançar. Distribuíamos nas escolas barras de ferros de construção, cortadas com 30 ou 40 centímetros. Formávamos grupos de combate de cinco ou seis estudantes, alguns com molotovs.<sup>24</sup>

A radicalização dos secundaristas refletia, por um lado, o próprio recrudescimento da repressão e, por outro, as esperanças que as lutas semelhantes na América Latina despertariam, através de figuras como Ernesto “Che” Guevara e Régis Debray. Além disso, a revisão efetuada pelas chamadas Dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criticando a via pacífica adotada pelo Partido, sobretudo, após 1958, contribuiria para esse processo. Líderes estudantis como João Bona Garcia, Raul Pont, Flávio Koutzii e Cláudio Gutiérrez participaram da dissidência sul-rio-grandense. Os três primeiros permaneceram na dissidência até

a formação do POC,<sup>25</sup> enquanto o último rompeu com ela, pois achava que sua atuação não correspondia à urgência da luta armada. A dissidência da dissidência, que ficou conhecida como *Brancaleone*, tinha uma base, em grande parte, nos secundaristas. Sem abandonar a perspectiva da luta armada, Gutiérrez e os outros membros do grupo continuaram atuando no movimento secundarista, em aliança com a gestão de Luiz Andrea Fávero na União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), formando o movimento que se apresentava como “21 de abril”.

Em 1967, os secundaristas realizaram uma ação de expropriação de armamentos na casa do Coronel Nero, quando ainda faziam parte da *Dissidência Leninista* (a dissidência do PCB no Rio Grande do Sul), desobedecendo a orientação da organização. A ação foi levada a cabo quando o Coronel estava de férias com a família em Capão da Canoa. Encontraram uma metralhadora Stein MKO sem cano e uma pistola Luger em mau estado, além de granadas de efeito moral e um manual de inteligência militar utilizado nos cursos realizados com militares da América Latina no Panamá.<sup>26</sup>

O grupo se tornou tão ativo e combativo nas manifestações de rua que algumas organizações tentaram recrutá-lo, como a VPR. De acordo com Chagas, o grupo, através de sua atuação da UGES, tinha influência em diversas cidades de interior, como em Palmeira das Missões, Passo Fundo, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Pelotas, Lagoa Vermelha e região do Alto Uruguai.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 56.

<sup>25</sup> Segundo GUTIÉRREZ (ibid, p. 64) o POC “dominava a maioria dos Centros Acadêmicos”.

<sup>26</sup> GUTIÉRREZ, op.cit., p. 47-48.

<sup>27</sup> CHAGAS, op. cit., p. 227.

Contudo, após o XXI Congresso da UGES, realizado em Santa Rosa, os *brancaleones* perderam o seu principal centro de mobilização. Com uma vitória apertada da Direita, deixando de controlar a entidade secundarista do Rio Grande do Sul, cada vez mais os militantes se afastavam de sua base. Ao longo do segundo semestre de 1968, continuaram realizando manifestação, mas essas contavam com cada vez menos participantes. Em 1969, com o fim dos *Brancaleones*, alguns de seus membros entraram para outras organizações, como a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e a VPR.

A *Dissidência Leninista*, de onde saíram os *Brancaleones*, começou uma aproximação com a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP, conhecida apenas por POLOP) no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1966, realizado em Belo Horizonte. Em Porto Alegre, a POLOP era pequena e seu principal líder era Luiz Pilla Vares. Em abril de 1968, os membros da *Dissidência* resolveram fundir-se à POLOP, dando origem ao POC.

O POC tinha inserção entre os secundaristas e os universitários, sobretudo entre estes últimos, e tinha militantes nas cidades de Santa Maria e Passo Fundo. Apesar de criticarem o imobilismo do PCB, não realizaram diretamente ações armadas, mas privilegiaram a atuação no Movimento Estudantil, bem como os debates teóricos.<sup>28</sup> Neste sentido, criaram o Movimento Universidade Crítica (MUC), além da Organização Pré-Partidária, onde se estudava marxismo e se avaliava a disposição para a militância. Esta ênfase mais política e teórica, gerou

descontentamentos entre alguns de seus militantes. Boa parte do núcleo de Passo Fundo, por exemplo, entre eles João Carlos Bona Garcia, rompeu com o POC e ingressou na VPR. Na avaliação de Bona Garcia “o POC era um partido de intelectuais, gente que estava mais para discutir o problema do que realmente para executar”.<sup>29</sup>

Apesar de sustentar a importância do trabalho de base junto aos operários, a organização tinha pouca inserção entre eles. Segundo Gorender, a organização “era pouco operária e muito estudantil e intelectual, retomando posições estritamente obreiristas, sem concretizar o projeto de atuação efetiva entre os trabalhadores”.<sup>30</sup> Mesmo não sendo uma organização militarista, a repressão atingiu o POC a partir, sobretudo, de 1971, mas ela conseguiu sobreviver até, aproximadamente, 1973.

A ênfase na militância junto aos trabalhadores aproximava o POC da Ala Vermelha. A Ala surgiu de um racha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1967. Era organizada em diversos setores, como: Interior, Cultural, Imprensa, Operário e Vilas. Realizavam panfletagem em fábricas, sendo um dos materiais, o panfleto *Liberdade*, confeccionado na cidade de Santa Maria, onde a organização tinha um núcleo, do qual participaram Tarso Fernando Genro, Dartagnan Agostini e outros. Uma das principais atividades da Ala era a Associação Gaúcha de Ensino, curso voltado para a população carente de mais idade, que começou com o título de Curso de Madureza, quando ainda era realizado

<sup>28</sup> Segundo Jorge Fischer, o POC “não praticava a luta armada mas dava-lhe apoio, se não logístico, ao menos propagandístico”. Cf. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982, p. 112.

<sup>29</sup> GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Edições Posenato Arte & Cultura, s/d, p. 30.

<sup>30</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p. 129.

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

pelo PCdoB. Era coordenado por João Francisco Pinedo Kasper.<sup>31</sup>

O PCdoB já apontava para o caminho das armas desde sua Reorganização em 1962, mas a demora para por esse projeto em prática gerou algumas divisões. No Rio Grande do Sul, já em 1965, surgiu a primeira cisão. Segundo Fábio Chagas, militantes liderados por Paulo Mello criaram as Forças de Ação Revolucionária Popular (FARP), que depois se transformaria no Movimento Revolucionário 26 de Outubro (MR-26), entre 1966 e 1967.<sup>32</sup> Contudo, no livro *O tenente vermelho*, José Wilson da Silva afirma que o MR-26 teria surgido em meados de abril de 1965. Paulo Mello, junto com outros militantes do PCdoB, haviam se afastado do Partido e buscado aproximação com os brizolistas, criando o Movimento, que mantinha contato com as FARP, um pequeno grupo de Pelotas, entre outros. O relato de Silva nos leva a concluir que essas eram organizações diferentes, que se originaram separadamente, apesar dos contatos mantidos.<sup>33</sup>

Segundo o relato de Carlos Alberto Telles Franck, em entrevista incluída na monografia de Marília Silveira, sobre a resistência à Ditadura Civil-Militar na cidade de Pelotas, na verdade, a FARP, se chamava Frente de Ação Revolucionária Popular e foi criada na cidade de Pelotas. A Frente contava com mais de sessenta pessoas, tendo uma composição bastante variada: militares, operários, ferroviários, portuários, estudantes e trabalhadores do campo. Além disso, participavam dela membros de várias organizações, como do

PCB, do PCdoB, sendo que a maioria era de “ex-trabalhista mais avançados”.<sup>34</sup>

Segundo Telles Franck, o grupo queria agir contra a Ditadura, mas no panfleto, na pichação, na propaganda mural, na organização das fábricas havia uma “razoável organização”.<sup>35</sup> A Frente estava organizada também em outras cidades da Região Sul do estado, em Bagé, Santana do Livramento e Rio Grande e mantinha contato com o MR-26.<sup>36</sup>

O MR-26 teria se destacado pela participação no envio de pessoas ao Uruguai, além de treinamentos realizados nas cidades de São Francisco de Paula e Guaíba, para a arrecadação de fundos. Chegaram a tentar estabelecer um núcleo no Paraná, mas a principal ação foi o apoio à tentativa de seqüestro do cônsul do Estado Unidos em Porto Alegre, comandada pela VPR.<sup>37</sup>

As organizações citadas até aqui participaram mais como defensoras teóricas ou apoiadoras da luta armada, seja através de propaganda, seja pelo apoio logístico. Algumas atuaram em frente e cederam militantes para participar de ações, como o MR-26. Contudo, o primeiro grupo a protagonizar as ações armadas no Rio Grande do Sul foi o M3G.

Edmur Péricles Camargo, o líder do grupo, também conhecido como Gauchão, era um paulista militante do PCB, no qual atuava como jornalista. Nos anos 1950, havia participado de conflitos agrários no Paraná. Após o Golpe, deixou o Partido Comunista juntamente com o grupo liderado

<sup>31</sup> Sobre a Ala, ver CHAGAS, op. cit., p. 201-208.

<sup>32</sup> CHAGAS, op. cit., p. 201.

<sup>33</sup> SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987, p. 148 e 234.

<sup>34</sup> SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *A resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas*. Pelotas, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, p. 51-52.

<sup>35</sup> Idem, p. 51

<sup>36</sup> Idem, p. 53.

<sup>37</sup> SILVA, op. cit., p. 235-236.

por Carlos Marighela, fundando então a ALN. Ainda nos anos 1950, teria trabalhado em Porto Alegre, no jornal do PCB, *A Tribuna Gaúcha*. Consta que no ano de 1967, Edmur mais uma vez participava dos conflitos no campo, tendo sido responsabilizado pela morte de José Gonçalves Conceição, o Zé Dico, um grileiro do interior de São Paulo, que ameaçava e agredia os camponeses. Em 1968, Edmur foi enviado por Marighela à Goiás, a fim de avaliar a possibilidade de implantação da guerrilha rural, próximo ao município de Formosa. Voltou para São Paulo, considerando impossível estabelecer a luta nessa região, mas considerava viável que a luta se fizesse a partir de Unaí, em Minas Gerais. Apresentou a idéia à Marighela, que a recusou.

As divergências com o líder da ALN levaram Edmur a deixar a organização, mudando-se para o Rio Grande do Sul, em maio de 1969, onde constituiu um pequeno grupo chamado M3G. Dele faziam parte, além de Edmur: Ângelo Cardoso da Silva, nascido em Santo Antônio da Patrulha, taxista de profissão e motorista do grupo, que cometeu suicídio quando se encontrava preso no Presídio Central de Porto Alegre; João Batista Rita, o Catarina, nascido em Braço do Norte (SC), após ter participado ativamente das mobilizações estudantis em 1968 e ingressado no M3G, foi preso em 1970 e banido em 1971, em razão do seqüestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, tendo residido no Chile e, posteriormente, na Argentina, onde foi seqüestrado pelas forças de repressão, sendo levado para o Rio de Janeiro, onde desapareceu em 1974;<sup>38</sup> Jorge Fischer,

<sup>38</sup> As informações sobre Edmur, João Batista e Ângelo foram retiradas de: COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO, op. cit.; e SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS

jornalista, ex-policial, militante das causas populares desde aos anos 1950, saiu da prisão e publicou, em 1982, o livro *O riso dos torturados*, onde relevou as ações do M3G.<sup>39</sup>

Apesar de ser um grupo bastante reduzido – era chamado jocosamente de *Movimento de Três Guerrilheiros*, em alusão à sigla – mantendo contato com diversos outros grupos, atuando geralmente com o apoio desses. Logo que chegou à Porto Alegre, Edmur buscou o apoio do chamado *Grupo Armado do PTB*, que reunia os trabalhistas revolucionários, liderados pelo vereador caçado de Porto Alegre, Índio Vargas. No primeiro encontro com Vargas, Edmur expôs a visão do grupo, semelhante a muitos outros, de que a revolução deveria se concentrar, principalmente, no campo, servindo as ações nas grandes cidades para a arrecadação de fundos, bem como para agitação e propaganda. A partir daí, o *Grupo Armado* passou a dar apoio ao M3G. Índio Vargas cedeu um apartamento seu para servir de aparelho, onde, segundo relata, Edmur teria feito contato com ex-militantes do PCB, além de membros do POC, da VPR e da VAR-Palmares. Em outra ocasião, trataram de esconder Edmur, após uma das expropriações bancárias.<sup>40</sup>

A primeira ação do M3G contou apenas com Edmur e Fischer. Os dois expropriaram a agência José do Patrocínio, da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, em 13 de junho de 1969. Segundo conta Fischer, um ex-vereador do PTB, que ele não revela o nome, estaria observando a

HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

<sup>39</sup> FISCHER, op. cit.

<sup>40</sup> VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 4 ed. Porto Alegre: Tchê, 1985, p. 41-12.

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

ação de longe.<sup>41</sup> A segunda expropriação ocorreu em 23 de julho do mesmo ano. O alvo foi o Banco Industrial e Comercial do Sul (SULBANCO). Da ação participaram também membros do POC e do *Grupo Armado do PTB*.<sup>42</sup> Segundo Fábio Chagas, estes dois “assaltos” foram tidos como crimes comuns. Somente a partir da terceira expropriação, quando os militantes divulgaram panfletos, é que foram reconhecidas como ações políticas e, então, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) aumentou a vigilância.<sup>43</sup> Esta terceira ação só foi realizada em 2 de dezembro de 1969, desta vez já com João Batista Rita, o Catarina, no grupo. A expropriação se deu na União de Bancos Brasileiros, em Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre, e por pouco não levou a prisão dos participantes. Enquanto estavam em fuga, o carro que dirigiam enguiçou, obrigando os militantes a esconder o carro, enquanto Edmur ia para a parada de ônibus com o dinheiro expropriado.<sup>44</sup>

Outra expropriação foi realizada pelo M3G, em 28 de janeiro de 1970, desta vez com provável apoio da VAR-Palmares, de acordo com Fábio Chagas. Nessa ação, ocorrida em uma agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), em Porto Alegre, teriam ainda fixado uma carta em que criticavam a política econômica do ministro Delfim Neto.<sup>45</sup> A última expropriação do M3G foi a uma agência do Banco do Brasil, em Viamão, cidade próxima a Porto Alegre, em 18 de

março de 1970. Participaram da ação membros da VAR-Palmares e da Frente de Libertação Nacional (FLN), além do tenente Dario, da VPR. No local, os militantes deixaram panfleto em homenagem a Carlos Marighela e a Manoel Raymundo Soares, mortos pela repressão. O grupo tinha outras ações planejadas, mas caíram todos com a intensificação da repressão após a tentativa de seqüestro do cônsul Curtis Carly Cutter, pela VPR, em abril de 1970. Apesar de pequeno, pode-se perceber que a efetiva realização de ações armadas atraiu o apoio de outras organizações.

A VAR-Palmares, que participou da expropriação do Banco do Brasil em Viamão, se constituiu nacionalmente, em julho de 1969, a partir da fusão da VPR com os Comandos de Libertação Nacional (Colina). No Rio Grande do Sul, o seu surgimento está ligado, segundo Chagas, ao grupo formado em torno de Carlos Paixão Franklin Araújo. Araújo era um advogado trabalhista que, antes do Golpe, havia se aproximado de Francisco Julião e das lutas em favor da Reforma Agrária. Carlos Araújo havia estabelecido contatos com a Colina, de forma que, quando esta se fundiu à VPR, passou a fazer parte da VAR-Palmares.

Essa organização era dividida entre *basistas* e *militaristas*. Os primeiros privilegiavam o trabalho junto aos operários. Já os militaristas romperiam com a VAR-Palmares, em setembro de 1969, reconstituindo a VPR. A principal ação em nível nacional, antes do rompimento, foi a expropriação de 2,5 milhões de dólares de um cofre pertencente ao ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

No Rio Grande do Sul, a VAR-Palmares foi bastante expressiva, contando com operários, sindicalistas, seminaristas e camponeses, em grande parte devido à

<sup>41</sup> FISCHER, op. cit., p. 46-48; CHAGAS, op. cit., p. 242.

<sup>42</sup> VARGAS, op. cit., p. 45-46; CHAGAS, op. cit., p. 242.

<sup>43</sup> CHAGAS, op. cit., p. 243.

<sup>44</sup> FISCHER, op. cit., p. 49-51; CHAGAS, op. cit., p. 244.

<sup>45</sup> CHAGAS, op. cit., p. 244.

militância de Carlos Araújo. Luiz Andrea Fávero, que havia sido presidente da UGES, chegou a estabelecer um núcleo na região de Nova Aurora, no Paraná. O grupo planejou diversas ações e fizeram treinos de tiro e sobrevivência. Após a ação em Viamão, o grupo começou a ser desmontado pela polícia, entre março e abril de 1970, mas, segundo Chagas, os militantes que restaram teriam expropriado uma agência do Banco Francês, em Porto Alegre, em 1973.<sup>46</sup>

A VPR só se formou no Rio Grande do Sul um mês após o racha com a VAR-Palmares. A ênfase militarista do grupo atraiu membros de outras organizações, insatisfeitos com a falta de iniciativa, como Gregório Mendonça, do MR-26, e Bona Garcia, do POC.

A VPR foi a segunda organização a protagonizar as ações armadas, após o M3G. A sua primeira ação de expropriação ocorreu em 2 de março de 1970, tendo como objetivo um carro arrecadador do grupo Ultragás, na cidade de Canoas. Participaram da ação Ergeu João Menegon, Fernando da Mata Pimentel, João Carlos Bona Garcia, "Amancio" e "Ernesto". A segunda ação foi a ousada tentativa de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, em 5 de abril de 1970. O grupo tentou cruzar o carro do cônsul, um Chevrolet Plymouth, com um Fusca expropriado. Curtis, entretanto, era um veterano da Guerra da Coréia e não se intimidou. Jogou o seu carro, muito mais robusto, em cima do Fusca, subiu a calçada e atropelou um dos militantes, Fernando Pimentel, e conseguiu escapar. Na fuga, Félix Silveira da Rosa Neto, da VPR, ainda conseguiu acertar um tiro no ombro do cônsul.

O seqüestro frustrado chamou a atenção da repressão. A maioria das

organizações começou a cair a partir de abril de 1970. A VPR, contudo, continuou as ações. Em 10 de junho, expropriaram uma agência da Caixa Econômica Federal, no Bairro Menino Deus, em Porto Alegre. Em 26 de julho, tentaram expropriar uma agência do Banco do Brasil, em Gramado, com apoio do pequeno Movimento Comunista Revolucionário (MCR), mas acabaram desistindo. No dia 13 de agosto, fizeram uma expropriação dupla: enquanto uma célula teve como alvo a Companhia de Fumos Santa Cruz, outra teve como alvo a Fábrica de Cigarros Flórida. Em ambas, deixaram panfletos e contaram com a participação do MCR. Em 29 de novembro, mais uma vez com apoio do MCR, realizaram uma ação na Oficina Precisão, uma loja de caça e pesca, onde pegaram armas e munições. Em 4 de setembro, as duas organizações expropriaram dois carros em um posto de gasolina. No dia 8 do mesmo mês, expropriaram os Moinhos Rio-grandense (SAMRIG), onde distribuíram panfletos. No dia 27 de novembro, escolheram como alvo uma distribuidora de produtos da Lacta. Completaram a onda de expropriações em 10 de dezembro de 1970, em uma agência do Banco Itaú, além do setor administrativo e a farmácia do Hospital Nossa Senhora da Conceição.<sup>47</sup>

Essas últimas ações da VPR, bem como a ação da VAR-Palmares contra o Banco França, em 1973, parece refletir aquilo que Marcelo Ridenti chamou de "dinâmica da clandestinidade", ou seja, quando as organizações afastaram cada vez mais os militantes e simpatizantes e entraram em um ciclo vicioso, realizando ações para libertar companheiros e conseguir dinheiro para se manter na

<sup>46</sup> Sobre a VAR-Palmares ver CHAGAS, op. cit., p. 233-240.

<sup>47</sup> Sobre a VPR ver CHAGAS, op. cit., p. 250-263; GARCIA, op. cit.

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

clandestinidade, ao que se seguia novas quedas e novas ações. Segundo Ridenti,

Em 1969 e, principalmente, a partir de 1970, as organizações guerrilheiras entraram numa ciranda de ações armadas para conseguir fundos, a fim de manter suas caras e pesadas estruturas clandestinas, que tinham de ser constantemente renovadas em função da intervenção policial, cada vez mais eficiente. Também realizaram seqüestros para libertar os presos políticos, cujo número aumentava dia a dia.<sup>48</sup>

Com isto, cada vez mais as organizações se afastavam daquilo que justificava as ações armadas na cidade: a arrecadação de dinheiro para a guerrilha rural e a propaganda da revolução. As ações se tornaram um meio de sobrevivência.

### 3. A Repressão e a Tortura

A repressão, como demonstramos, atingiu o Rio Grande do Sul desde os primeiros momentos do Golpe. As prisões, torturas e assassinatos políticos desse primeiro momento foram tentativas de desmobilizar os movimentos sócio-políticos que protagonizaram as lutas sociais no pré-1964. Contudo, elas não conseguiram fazer calar a vozes discordantes. As grandes manifestações de rua nos anos de 1967 e 1968, as greves em Osasco (SP) e Contagem (MG) e, por fim, as lutas armadas são o exemplo disto. A reorganização dos movimentos de resistência foi acompanhada, contudo, por uma nova onda repressiva.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil* registra vinte e oito mortes no País no ano de 1964. São três em 1965, quatro em 1966 e três em

1967. A cifra voltou a crescer em 1968, contabilizando treze mortos, e atingiu os vinte e quatro, em 1969. Contudo, foi somente em 1970 que o número de mortos superou o ano do Golpe: foram trinta e quatro mortos. Nos quatros anos seguintes, a Ditadura Civil-Militar continuou a matar às dezenas.<sup>49</sup> Estes dados demonstram claramente a intensificação da repressão a partir da ascensão dos movimentos de resistência.

No Rio Grande do Sul, a repressão aumentou muito a partir da tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre. Segundo Bona Garcia:

Essa tentativa de seqüestro foi a causa do extermínio das organizações de luta armada aqui no Rio Grande do Sul. Vieram do Rio dois oficiais do exército especialistas em torturar: o Malhães e o Cabral. Os torturados, em grande maioria eram débeis mentais, doentes, com problemas psíquicos, mas esses dois tinham convicção do que estavam fazendo, matavam friamente. Vieram para fazer interrogatórios nos moldes do Rio e São Paulo, e os resultados logo apareceram: os primeiros da VPR a serem presos foram o Félix e o Fernando. Chegaram até eles por informações obtidas sob tortura.<sup>50</sup>

Índio Vargas também reconhece a vinda de “especialistas [...] em operações antiguerrilha urbana, incluindo torturadores”.<sup>51</sup> Os oficiais, segundo Jorge Fischer, seriam da Operação Bandeirante (OBAN).<sup>52</sup>

<sup>49</sup> COMISSÃO DE FAMILIARE..., op. cit.

<sup>50</sup> GARCIA, op. cit., p. 41.

<sup>51</sup> VARGAS, op. cit., p. 53.

<sup>52</sup> FISCHER, op. cit., p. 57. A OBAN foi criada em 1969 para combater a oposição. Contava com membros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Federal, entre outros. A OBAN era financiada por empresas como Ultra, Ford, General Motors, etc. Serviu de modelo para a implantação dos Destacamentos de Operações e Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (os DOI-

<sup>48</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010, p. 247.

Quando Jorge Fischer foi preso pela primeira vez, em 1965, as torturas ocorreram na Polícia do Exército (PE). Na segunda vez, em 1970, após ter participado da luta armada junto ao M3G, Fischer foi detido e torturado no DOPS. Lá, a sala onde os presos sofriam as torturas era conhecida como “fossa” e os principais torturadores eram o delegado Pedro Seelig, o inspetor Nilo Havelha e o major Átila Rohrsetzer, além dos já citados Malhões e Cabral.

Na “fossa”, passava-se por todo o tipo de suplício. Um dos mais comuns era o choque, gerado pela “maricota”, uma manivela conectada a um dínamo, que quando acionada produz uma descarga elétrica. Os fios que saíam da maricota podiam ser conectados em qualquer parte do corpo: na ponta dos dedos, nas duas orelhas, de forma a fazer as correntes passar pela cabeça, no órgão genitais. No relato de Índio Vargas:

Peguei o fio e comecei a enrolar na minha mão. Depois enrolou o outro fio na outra mão. O segundo homem tocou a manivela e senti um estremeamento por todo o corpo, uma sensação de desintegração física e psíquica. Comecei a gritar, dizendo que falaria. Disse-lhe que dera abrigo a Edmur e passei a revelar os detalhes das conversas que tivera com ele. [...] Algemaram minhas mãos nas costas e ataram os fios nas orelhas. Ligaram a máquina. Minha cabeça parecia que ia explodir. Tinha a impressão que meu corpo girava como um carrossel. Perdi totalmente a consciência.

Bona Garcia, que também passou pelo maricota, descreve Nilo Havelha como “o mais sádico, um dos piores torturadores, o mais cruel. Já o major Átila Rohrsetzer mostrava uma volúpia especial torturando

mulheres. Especialmente nos seios e órgãos genitais”.<sup>53</sup>

Outra forma de tortura, talvez uma das mais cruéis, era o pau-de-arara. Segundo Fischer:

O pau-de-arara deixa marcas. Para toda a vida. O homem jamais recupera a consciência, em toda a integridade, depois de uma hora de tortura assim: pendurado, cabeça para baixo, o pau comendo, choques vindos sem que ele saiba de onde, a água tentando rebentar seus pulmões, o pau comendo, o choque queimando, a água afogando, alguém que de repente puxa-lhe os cabelos, grita, dá-lhe um pontapé.<sup>54</sup>

No pau-de-arara eram combinados todos os tipos de tortura: o espaçamento, o choque, o caldo (afogamento).

Apesar das torturas brutais sofridas pelos presos políticos, as forças de repressão tentavam manter a impressão de que os detidos eram bem tratados. Enquanto estava ainda no DOPS, Índio Vargas foi apresentado a uma comissão de deputados. Para tal, Vargas foi barbeado e instruído sobre o que e como deveria falar: “A respeito do tratamento recebido aqui, tu deves saber o que responder”,<sup>55</sup> teria dito um dos repressores.

Após a fase de interrogatórios, realizados no DOPS, a maioria dos militantes era enviada ao Presídio da Ilha. Segundo Jorge Fischer, a Ilha das Pedras, localizada no meio do Guaíba, teria abrigado um farol, depois demolido e transformado em “depósito de presos”, utilizado como local de tortura de presos comuns antes do Golpe. Depois de 1964, transformou-se em presídio político.<sup>56</sup>

As condições no Presídio da Ilha, como passou a ser chamado, eram péssimas:

CODI). Ver COMISSÃO DE FAMILIARE..., op. cit., p. 167.

<sup>53</sup> GARCIA, op. cit., p. 48.

<sup>54</sup> FISCHER, op. cit., p. 66.

<sup>55</sup> VARGAS, op. cit., p. 75.

<sup>56</sup> FISCHER, op. cit., p. 84.

## AS RESISTÊNCIAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DINÂMICAS DA CLANDESTINIDADE (1964-1972)

não havia luz, as celas não possuíam janela, tornando-as úmidas, sendo que as necessidades eram feitas em um buraco no chão.<sup>57</sup> As condições só melhoraram quando uma comitiva, composta pelo comandante do III Exército, membros do DOPS e da Secretaria de Segurança, além da imprensa, inspecionaram a Ilha. O objetivo, mais uma vez, era demonstrar o bom tratamento dispensado aos presos políticos. Antes da visita, os presos tomaram banho, foi instalada a rede elétrica e as celas foram decoradas com toalhas de mesa e vasos de flores.<sup>58</sup>

No presídio, formou-se um coletivo. Através dele, ficava determinado que tudo o que as famílias traziam deveriam ser repartido entre os presos. O coletivo era regido pelo “princípio do centralismo democrático, conforme seu regimento”. Segundo Índio Vargas, a sua organização era a seguinte: “dirigido por um coordenador, dois suplentes e um porta-voz junto à guarda”.<sup>59</sup> Organizados, os militantes presos foram conquistando certas melhorias. A comida, por exemplo, era feita, inicialmente, no alojamento dos guardas pelos presos comuns. A partir da pressão dos presos políticos, estes puderam complementar sua alimentação, preparando a comida em uma das celas, a partir dos mantimentos enviados pelos familiares. Organizaram também uma biblioteca.<sup>60</sup> Aqueles que sabiam algum idioma ou eram bons em alguma disciplina, davam aulas para os outros. Bona Garcia e Félix davam aulas de caratê.<sup>61</sup>

Quando Carlos Araújo, militante da VAR-Palmares, foi transferido para o

Presídio da Ilha, o coletivo se dividiu em dois. O grupo de Carlos Araújo não admitia dividir certas coisas, como o cigarro e a comida trazida pelos familiares. A partir daí, passaram a existir dois coletivos. A vinda de Araújo iria trazer outras modificações: segundo relata Fischer, alguns militantes da VPR, que haviam rompido com a VAR-Palmares, quiseram voltar para esta organização, pois acreditavam que Araújo estava com metade do dinheiro da expropriação do cofre de Adhemar de Barros.<sup>62</sup>

Ao chegar o final de 1972, restavam apenas quatro presos: Fumaça, Carlos Araújo, Eloy Martins e Jorge Fischer.<sup>63</sup> Os outros presos haviam sido transferidos para outras prisões civis e militares e alguns haviam sido libertados ou banidos a partir dos sequestros de diplomatas. Os quatro presos restantes foram realocados em outras prisões.

### 4. Considerações Finais

Podemos perceber que a resistência à Ditadura Civil-Militar foi significativa no Rio Grande do Sul. Ela incluiu a ação de diversos grupos de esquerda como a VPR, PCdoB, através dos gaúchos que foram para a Guerrilha do Araguaia, a Ala Vermelha do PCdoB, o POC, a AP, o M3G, entre outros. Desses, alguns participaram da luta armada, outros organizaram redes de solidariedade, ajudando, por exemplo, na passagem de militantes para o Uruguai, no apoio logístico às operações, no trabalho de base junto aos operários.

Por outro lado, de acordo com relatos dos militantes, a repressão e a tortura foram amplamente utilizadas no estado. O

<sup>57</sup> GARCIA, op. cit., p. 61.

<sup>58</sup> Idem, p. 63.

<sup>59</sup> VARGAS, op. cit., p. 133.

<sup>60</sup> FISCHER, op. cit., p. 87.

<sup>61</sup> GARCIA, op. cit., p. 62.

<sup>62</sup> FISCHER, op. cit., p. 148-150.

<sup>63</sup> MARTINS, Eloy. *Tempos de cárcere*. Porto Alegre: Movimento, 1981, p. 176.

pau-de-arara, o choque elétrico e o espancamento foram meio de intimidação e também de obtenção de informações, visando destruir toda a forma de dissenso.

Contudo, como demonstram as atividades e a solidariedade mantida pelos presos políticos, organizando coletivos, dividindo a comida, realizando estudos, a pretensão de uma “Operação Limpeza” absoluta não foi possível. Isso fica demonstrado também no final dos anos 1970, com a reorganização dos partidos políticos, as posições da OAB e da CNBB, o movimento operário e estudantil, a luta pela anistia.

**Recebido em: 23/11/2012**

**Aceito em: 08/04/2013**